

1 **30ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social de Auxílio Emergencial**
2 **CTOS/CIF**

3

4

5

6

7 **LOCAL:** SAUN – Quadra 5 – Lote C – Centro Empresarial CNC – Bloco C – 14º Andar CEP
8 870.040-250 - Brasília/DF **Dia:** 5 e 6 de dezembro de 2018

9 **Horário de início e de término das sessões:** 5/12: 10h00 – 13h00; 14h30 – 18h00

10

6/12: 09h00 – 13h00; 14h00 – 17h30

11

12

13

14

15 **Membros da Câmara Técnica:**

16 Marco André Garbelotti – Coordenador (MDS)

17 Gabriela Felix (SETADES)

18 Hugo Ricardo Diogo (Ramboll Environ)

19 João Marcos Mariano (DPU)

20 Kelvia de Assunção Barros (Casa Civil)

21 Marcia Vieira (SETADES)

22 Marta Maria Castro (SEDESE-MG)

23 Mirna Lucia de Almeida Correa (MAPA)

24 Nilcéia Maria Pizza (SETADES)

25 Paula Oliveira Lima (Casa Civil)

26 Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana)

27 Thais Correa Damasceno (SEDPAC-MG)

28 Vanessa Santos Giraldeli (Prefeitura de Linhares)

29

30

31

32 **Observadores:**

33 Ana Weisz (Fundação Renova)

34 Andre Luis Machado De Vasconcelos (Fundação Renova)

35 Crhistian Souza (Fundação Renova)

36 Cynthia May Hobbs Pinho (Fundação Renova)

37 Débora Lyrio de Melo (Secretariado-CT)

38 Isabelly de Lima França (Fundação Renova)

39 Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova)

40 Lucas De Matos Sardinha Pinto (Fundação Renova)

41 Luiz Coimbra Barbosa (Casa Civil)

42 Maria Albanita Roberta (Fundação Renova)

43 Monica Banagas (BMJ)

44 Thays Coutinho (Ernest & Young)

45 Ticiana Faviero (Fundação Renova – Jurídico)

46 Wagner Elisio Tonon (Fundação Renova)

47

48

49

50
51
52
53
54

55 PAUTA

56

57 05/12/2018 (quarta-feira)

58

59 Período da manhã (10:00 às 13:00h) – Restrita a membros (ou substitutos) efetivos da CTOS

60 **1.** Reunião preparatória da CTOS e assuntos internos.

61 a. Planejamento do Relatório de Atividades 2017-2018;

62 b. Situação da CTOS no GT Pesca.

63

64 Período da Tarde (14:30 às 18:30h) – Reunião aberta

65 **2.** Coordenação CTOS:

66 a. Apresentação dos presentes, leitura da pauta, validação das atas CTOS 27, 28 e 29,
67 verificação de encaminhamentos pendentes;

68 b. Definir agenda 2019 de reuniões;

69 c. Apresentação da FR realizada pela Diretora Cynthia no 32º CIF em BH sobre
70 Resultados 2018 e Planejamento 2019.

71 **3.** Programa de Proteção Social

72 a. Apresentação de cronograma pela FR para conclusão dos acordos entre FR, estados
73 e municípios e implementação dos Planos Municipais de Proteção Social;

74 b. Informe pela FR do Plano de Ação Sooretama e Linhares, bem como do Plano de
75 Contingência para o Período Chuvoso 2018 e 2019;

76

77

78 06/12/2018 (quinta-feira) – Reunião aberta

79

80 Período da manhã (09:00 às 13:00h) – Reunião aberta

81 **4.** Programa de Cadastro

82 a. Apresentação da avaliação do Programa pela Ramboll (30 min de apresentação e
83 1h de debate).

84 **5.** PIM

85 a. Pescador de Fato: situação atual, próximas etapas e cronograma;

86 b. Situação das políticas indenizatórias em construção;

87 c. Acordos de indenização a partir de Protocolos do Registro-Geral de Pesca (RGP).

88

89 Período da Tarde (14:30 às 18:00h) – Reunião aberta

90 **6.** Auxílio Financeiro Emergencial

91 a. Passivo de análise de elegibilidade e cronograma de inserção no programa;

92 **7.** Agricultores

93 a. Apresentação pela FR do Relatório com informações sobre produtores rurais
94 encaminhando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

95

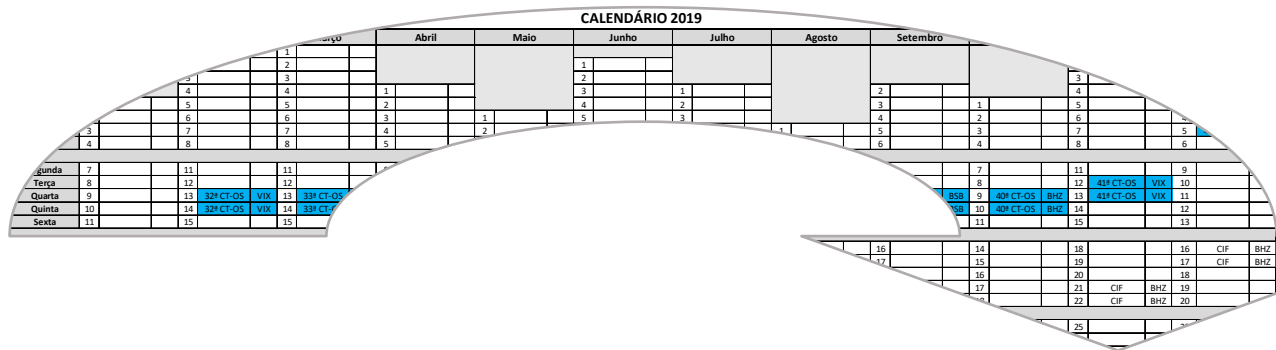
96

97

98
99
100

101
102
103
104
105
106
107
108
109

O coordenador da CT abre a seção com a leitura da pauta para abertura das apresentações. Haverá, a partir de janeiro, a participação de dois atingidos nas reuniões ordinárias e serão indicados com antecedência para cada reunião mensal. A Defensoria Pública da União irá alinhar os indicados com a CT e enviar a solicitação com antecedência.
O calendário de reuniões para 2019 foi finalizado e disponibilizado para todos.



122
123
124
125
126
127
128
129
130

Apresentação de cronograma pela Fundação Renova (FR) para conclusão dos acordos entre a mesma, estados e municípios e implementação dos Planos Municipais de Proteção Social

131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146

A FR apresentou um fluxograma das atividades necessárias para que se possa efetivar a construção do plano que está sendo feito coletivamente para a o entendimento e validação das ações estratégicas propostas por parte dos municípios, FR, CT-OS e o CIF. Dois planos de reparação: um municipal e um estadual. Consta as atividades para o andamento do processo, e o período gasto, e algumas premissas: pontos necessários para que os temas seguintes se iniciem como resultado de um mapa lógico. A FR fez uma apresentação das ações estruturais conceituais que seriam utilizadas para iniciar o processo dentro do contexto de suplementação propondo um entendimento que essa fase pode terminar em janeiro. A CTOS solicita o documento final pois, já fez uma primeira avaliação com as recomendações, mas o documento completo com a metodologia não foi entregue. Após a validação das ações pela mesma, este documento precisará de uma deliberação junto ao CIF para reconhecimento das ações propostas como reparatórias. A FR responde que será enviado o documento com o modelo conceitual o quanto antes embora NÃO está completamente validado pela FR e será feito após 17 e 18 de dezembro na reunião do

147 Conselho Curador. A tramitação deverá ocorrer da CTOS para o Conselho Curador para o CIF
148 com este deliberando a execução das ações propostas pelo plano já subtendendo como ação
149 reparatória. E não é possível levar para o CIF de dezembro já que no fluxo interno da FR é
150 necessário o parecer do Jurídico, Compliance e Financeiro. A proposta é definir o que é de
151 consenso já entre a FR e a CTOS, levar ao CIF de dezembro para apresentação e com os pontos
152 que precisarão de serem ajustados. As ações das oficinas já foram aprovadas na parte de
153 capacitação de equipe e podem ocorrer em paralelo, mas, a parte de contratação de pessoal haverá
154 necessidade de um termo cooperação formal entre a Renova e os municípios. Em abril, os estados
155 e municípios terão sinal verde para realizar o chamamento para que possam efetuar o processo
156 seletivo das pessoas que serão contratadas para a realização da capacitação das pessoas. A FR
157 coloca que, para um treinamento mais arrojado teria que ser estruturada e precisa de ver os gastos
158 com as pessoas que serão contratadas. Em Mariana a tratativa é diferenciada com relação às ações
159 de proteção social porque está sob o âmbito de uma ação civil. A sugestão da CTOS é se o modelo
160 de Mariana pode ser replicado e vai compartilhar para a FR e assim, ajudar construir a NT.

161
162 **Encaminhamento 30.1:** A CTOS (Sarah) irá encaminhar a proposta da H&P (Herkenhoff &
163 Prates, consultoria na área de desenvolvimento organizacional) para o município de Mariana e
164 enviar para a FR. Prazo: 19/12.

165
166 A CT ficou indignada com as mudanças já sinalizadas pela Renova durante a reunião e que irão
167 necessitar de uma revisão no documento já apresentado, e alega também que não foram avisados
168 com antecedência, que os e-mails não foram respondidos com as solicitações dúvidas, que terá que
169 rever as agendas de reuniões com os órgãos governamentais que já foram marcadas, e nem
170 levaram em consideração a pauta proposta. Houve um atraso e descumprimento das entregas pela
171 própria Fundação Renova. Apontaram a necessidade da CT ser avisada com antecedência para não
172 criar expectativa e ficar sem resposta. O problema é a falta de respeito com relação a falta de
173 resposta e a mudança da dinâmica que nem foi comunicada à CT.

174
175 **Encaminhamento 30.2:** A FR encaminha oficialmente o modelo conceitual pronto do Plano dos
176 Municípios. Prazo: 19/12. A CTOS irá devolver o material com o parecer até o dia 09/01/2019
177 através da NT aprovando os pontos de consenso com o registro das ressalvas.

178 **Encaminhamento 30.3:** Elaboração dos Planos de Ações pelos municípios até fevereiro de 2019.
179 Esse encaminhamento está condicionado à FR encaminhar aos municípios termo de parceria com
180 modelo de plano de ação.

181 **Encaminhamento 30.4:** A FR (Albanita) irá encaminhar as propostas de temas dos municípios
182 para a CTOS. Prazo: Imediatamente.

183 **Encaminhamento 30.5:** A FR irá elaborar uma minuta com uma proposta de um plano de ação
184 para fim de janeiro.

185
186 A FR reitera que não faz sentido pensar na capacitação neste momento, o que está sendo proposto,
187 são oficinas e não treinamento a princípio. E o os Estados irão estruturar essas premissas. Será
188 assinado um termo de cooperação entre os municípios e a Renova. Está longe de ser um processo
189 de educação continuada. A CT relata que precisamos avançar principalmente com os
190 compromissos que foram acordados e vamos para mais um ano sem resposta. Precisa-se avançar,
191 agora porque a atuação da CT está vinculada ao recebimento do documento.

192 Os municípios vão elaborar o plano de ação, que é peça chave do termo de cooperação, e o
193 município deverá ser capaz de fazer a gestão. Até o final de fevereiro os municípios têm que estar
194 com o plano pronto para a assinatura do termo de cooperação que precisará feita até março. A FR

195 lembra que para haver o repasse do montante para a capacitação ela passa por um processo de
196 auditoria primeiro.
197 Foi feita uma sugestão pela CTOS e FR para que parte dos membros pudessem reunir para
198 analisar o cronograma apresentado e dar as sugestões para melhoria do mesmo. Abaixo segue com
199 as sugestões da CT em vermelho.

Minuta de Cronograma para execução das ações básicas referentes aos Planos de Reparação em Proteção Social para municípios e Estados					
Ações	Atividades para a realização	Responsabilidade	Período	Status	Premissa
Planos de Reparação Municipais	Avaliar possibilidades de outros modelos de cooperação, como opções de escolha pelos municípios, considerando sua realidade local.	FR/CTOS	Até dezembro 2018	CTOS encaminhará Ata da reunião do dia 05/12, com proposição de alternativas; FR submeterá análise jurídica e de compliance	Consenso entre FR e CTOS
	Entendimento e validação das ações estratégicas propostas, por parte dos municípios, FR, da CTOS e do CÍF; Tramitação de APRO (Planos de reparação); Início das oficinas para capacitações junto às equipes municipais;	FR/CTOS	janeiro de 2019	Entendimento das demandas, interfaces e responsabilidade das partes; FR apresentou à CTOS resumo conceitual (apresentação em slides contendo os critérios para determinação do quantitativo de RH, insumos e veículos) e apresentou verbalmente e rapidamente modelo de cooperação através de entidade social; CTOS solicitou modelo conceitual detalhado para análise (definição) definitiva e emissão de NT; também solicitou parecer da FR sobre o modelo de cooperação sugerido.	FR encaminhará oficialmente modelo conceitual até 19/12 e parecer da FR sobre a proposta de cooperação; Validação da CTOS até 09/01/19, submissão da APRO ao Conselho Curador (aprovada) para aprovação em 24/01/2019 e deliberação do CÍF em 29/01/2019.
	Elaboração das Minutas de plano de ação e Termo de Cooperação a ser sugerido por parte da FR e Estados (até janeiro), contemplando ações para planos de reparação (RH, Transporte e insumos);	FR	janeiro de 2019	Em elaboração	Modelo conceitual aprovado pela CTOS, APRO aprovada, Deliberação do CÍF emitida;
	Elaboração de Planos de ações municipais com objetivos, metas, fluxos, indicadores e processo de avaliação anual para inclusão no termo de cooperação (anexo)	Município	janeiro - fevereiro de 2019	Em elaboração	Modelos de Plano de ação e termo de cooperação validados. Definição do modelo de cooperação; Parecer favorável por parte dos órgãos de governança do Município e da FR (Planos de ações municipais com objetivos, metas, fluxos, indicadores e processo de avaliação anual, concluídos e validados entre municípios e FR.)

Planos de Reparação Municipais	Análise, validação e assinatura dos termos de cooperação entre Município e FR	FR e Município	até fevereiro de 2019	Aguardando retorno da CTOS quanto do modelo de cooperação para dar andamento	Definição do modelo de cooperação; Parecer favorável por parte dos órgãos de governança do Município e da FR
	Chamamento por parte da FR (possibilidade de ser regionalizada) para contratação de entidade que irá executar o processo seletivo e apoiar o município na implementação das ações municipais de proteção social para atender às demandas de atenção social das famílias e comunidades atingidas, (implementação das ações sob gestão única municipal);	FR	até abril de 2019	Em planejamento; Aguardando retorno CTOS para dar andamento	Definição do modelo de cooperação
	Disponibilização, por parte da FR, do transporte e insumos necessários, considerando os planos de ação	FR	até julho de 2019		Termo de Cooperação e Plano de ação assinados pelos municípios e FR
	Elaboração e publicação do edital de seleção dos RH, por parte da organização selecionada em conjunto com os municípios	Município e Entidade	até maio de 2019	Não iniciada	Entidade selecionada; Termo de cooperação entre municípios e entidade; Instituição por parte do município da comissão de acompanhamento local; Repasse financeiro por parte da FR para a organização;
	Seleção dos RH/ posse e início das atividades coletivas e individuais previstas no plano de ação.	Município	até julho de 2019	Não iniciada	Definição de cronograma para repasse financeiro por parte da FR;

201
202

203 A CT pode apresentar um parecer com consultas de outras modalidades de contratação. Caso
204 possível o município optar, de acordo com a sua realidade e o quantitativo de pessoal, como ele irá
205 proceder para essa contratação: se por seleção direta, utilizando o processo seletivo aberto, ou
206 outro disponível. A FR irá enviar o parecer jurídico para a contratação através de uma entidade ou
207 organização social e afirma que um comitê local precisa ser criado para acompanhar a avaliar suas
208 as atividades. **Programa de Cadastro: Apresentação da avaliação do Programa pela**
209 **RAMBOLL (Hugo)** No final de 2016 a FR contratou as consultorias independentes para que as
210 empresas e Ministério Público saíssem de um impasse para a reparação e o papel da Ramboll foi o
211 de avaliação do que seria construído pelas consultorias e consequentemente pelos programas. A
212 consultoria não participa da construção dos projetos, compromisso é com a reparação integral.
213 Precisa-se ter clareza com o que se está diante de um desastre e a abordagem precisou ser diferente
214 já que o evento já ocorreu. Neste caso utiliza-se o conceito de resiliência nas questões
215 identificadas. Porque normalmente a prática das empresas ao contratar os serviços da Ramboll é
216 sobre a questão do licenciamento ambiental. Resiliência: capacidade do ecossistema de se
217 reestruturar, é a força de continuar vivendo, e precisa-se fazer emergir isso das pessoas porque as
218 pessoas são educadas e estruturam os seus conhecimentos a partir das práticas de domínio.
219 Conceito de resiliência deve incorporar as seguintes questões da dimensão social: autonomia para
220 tomar decisão que consiste na liberdade que as pessoas tem para negociar suas próprias vidas
221 (inclusive sua própria resiliência) em face de circunstâncias adversas; preferência adaptativa que é
222 o processo deliberado ou reflexivo pelos quais as pessoas ajustam suas expectativas e aspirações
223 para lidar com mudanças de deterioração de suas condições de vida e, por último, a
224 vulnerabilidade que é o nível de susceptibilidade a danos decorrentes da exposição à tensões
225 associadas a mudanças ambientais e sociais e da ausência de capacidade de adaptação. A
226 concepção do TTAC do ponto de vista jurídico na lógica do status quo onde se pretende voltar
227 com a realidade de antes do desastre. Como o que aconteceu não tem precedentes, fica impossível
228 voltar ao mesmo status quo do ponto de vista social. E acaba por forçar com soluções que não
229 podem ser aplicadas por estar em um domínio complexo e caótico muito grande. Não se consegue
230 trazer soluções de fora para tentar resolver o problema, e sim interagir com as pessoas a solução

231 emerge deste meio como um processo endógeno de coesão social, o combustível que faz com que
232 tudo seja construído. Não existe uma transição de uma etapa para outra, a organização social e
233 proteção social do marco zero. Um processo mais orgânico e fluido e que começa com as ações
234 emergenciais. Não se consegue avaliar o tamanho do esforço (Teoria da Mudança), as pessoas que
235 participam deste mesmo propósito é que dão os subsídios para avaliar a mudança. O processo de
236 restauração após desastre é definido e feito pelas pessoas envolvidas. Os indicadores das
237 corporações medem o quantitativo do esforço. Mas no caso do desastre qual o efeito deste esforço
238 que provocou a mudança? Qual o paradigma que está sendo referenciado? Porque está se
239 discutindo o método e não o paradigma. Por exemplo, a Clausula 20, o Cadastro virou um
240 diagnóstico, mas ele é um processo, é um instrumento de registro de informação. Até conseguir
241 fechar as boas práticas aquele resultado já foi vencido, como reparar numa lógica de um resultado
242 que já passou. Interessante que se faça um diagnóstico e que, o Cadastro, seja um instrumento para
243 responder as perguntas. Do ponto de vista social precisa-se da construção de critérios ancorados
244 localmente e desenhados pela comunidade, criando legitimidade social, a exemplo do que foi feito
245 em Degredo. Algumas questões estão no nível de subjetividade e precisa-se garantir o atingido
246 como sujeito histórico, se cria barreira e fortalece esse grupo. Impacto direto ou indireto, não
247 inclui ou exclui, é atingido da mesma maneira. A Ramboll reforça que, na situação atual, o
248 processo de coletas de dados tem que ser mais leve para que as pessoas não se sintam ameaçadas.
249 Depois que é dada a informação o atingido deixa de participar do processo e, a comunicação da
250 devolutiva, fica cada vez mais distante. Abaixo alguns pontos relevantes relatados com o estudo:

251 **Situação Atual**

- 252 - Cadastro – diagnóstico – impactos posteriori e modelo linear de causa-efeito (impactos)
- 253 - Centralizador e não participativo
- 254 - Ausência da diversidade territorial
- 255 - Falta de acolhimento
- 256 - Invasão de Privacidade
- 257 - Aplicação exaustiva dos formulários (constrangimento)
- 258 - Não fornece informações qualitativas que traduzam o sofrimento com os danos vividos.
- 259 - Aprovação pelo CIF do cadastro (sem a participação dos atingidos)
- 260 - Não permite visualizar as Populações Tradicionais

261 **Proposição**

- 262 - Revisão paradigma e concepção
- 263 - Mobilização e diagnóstico participativo – acompanhamento da execução pelos atingidos
264 (critérios de elegibilidade)
- 265 - Cadastro instrumento
- 266 - Foco na Reparação _ perguntas direcionadas a identificação e qualificação dos danos
267 materiais e imateriais)
- 268 - Recorte Identitário (comunidades e interesses afins)
- 269 - Diversidade Territorial
- 270 - Adoção do princípio da Auto Identificação (acolhimento)
- 271 - Validação pelos Atingidos

272 Precisa haver um processo maior de acolhimento e fazer uma mobilização participativa. Os
273 critérios de elegibilidade e processos de validação precisam ser construídos em conjunto com a
274 comunidade. O Cadastro, na verdade, é um processo político onde as pessoas mais interessadas
275 não participam gerando um processo moroso e excludente. E com a entrada do TAC Gov.,
276 participação dos atingidos e aumento do número de cadastrados, haverá necessidade de uma
277 resposta cada vez mais rápida. A consultoria propõe depositar na inteligência coletiva de todos os
278 atores envolvidos para analisar as propostas e soluções em conjunto e sistematizar os
279 aprendizados. A FR faz um agradecimento à Ramboll. Praticamente 1 ano da construção da

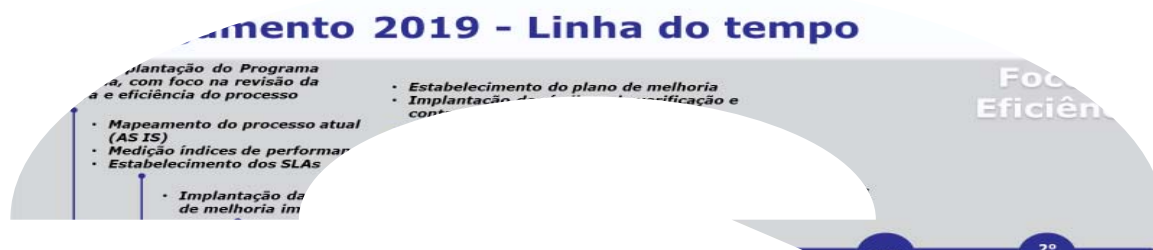
280 ferramenta, e dado o prazo que não foi cumprido de cadastramento no TTAC. Mas que foi um
281 processo de aprendizagem porque reproduz exatamente o que foi relatado pela Ramboll. Em
282 Mariana o processo foi feito pelos atingidos e, isso, permitiu a diminuição das reclamações. Hoje,
283 o Cadastro é um instrumento maleável o suficiente para dar conta das demandas locais,
284 compreender os danos sofridos, e a FR já tem condições de dar respostas de forma mais ágil. O
285 diálogo é importante e em alguns aspectos houve uma evolução neste sentido e buscou-se superar
286 mesmo com todos os problemas conhecidos. E que nunca a FR se omitiu com relação as críticas.
287 Corroborando com o que foi trazido, parte das dificuldades em dar resposta está atrelada ao
288 diálogo e construção com a comunidade durante o processo reparatório. O Cadastro é o
289 responsável pela devolutiva às famílias, ficamos na sinuca de bico, tempo a demanda e a
290 necessidade da participação. Maleável o suficiente para atender as comunidades locais e
291 compactado o suficiente para ajudar a melhorar o processo. A FR reitera que haverá uma mudança
292 de paradigma a partir do TAC Gov, a formalização desta participação nos ajuda a ajustar o
293 processo que já está em andamento, precisa-se mesmo de uma construção conjunta e muito
294 diálogo, de uma tecnologia social que está sendo criada pela primeira vez. O objetivo é um só para
295 todos os atores envolvidos. A Ramboll reitera que a questão de proteção social tem que entrar
296 como garantia básica pois, as pessoas estão desassistidas e começam a ficar revoltadas e isso pode
297 se canalizar um movimento social, direcionado pelo Cadastro somente. O dinheiro que está
298 entrando no território e não está gerando a criação ou retomada das atividades econômicas porque
299 está orientado para reparar sem analisar o contexto como um todo. Coesão social é um indicador
300 muito importante para que se possa medir se está sendo gerado mais tensão e divisão do que
301 coesão. Na escala em que se encontra o programa será necessário à distribuição das tarefas e
302 descentralização das ações. A CTOS pergunta como pode-se avançar levando em consideração
303 essas novas premissas. É importante saber como administrar a desconfiança com relação as
304 empresas. A FR precisa mudar a atitude e não desconfiar da população, trabalhar com a mais
305 empatia do processo e pela situação do atingido. O trabalho do território é desafiador, mas poderá
306 ser resolvido caso haja um engajamento da Renova com o problema do atingido. Estes por sua
307 vez, estão sendo induzidos a declarar outro tipo de dano para conseguir receber o auxílio ou
308 indenização. No território isso fica evidente e, no coletivo, tem uma outra configuração. A outra
309 questão é acolher mais os pleitos das prefeituras porque elas podem ajudar no diálogo e na maior
310 aceitação dos planos propostos já que são representantes daquelas localidades e possam ser
311 agentes também facilitadores do processo. Outro ponto relevante é que as ações emergenciais
312 demandam e necessitam maior assistência por parte da FR. **Apresentação da Fundação Renova
313 realizada pela Diretora Cynthia no 32º CIF em BH sobre Resultados 2018 e Planejamento
314 2019. Cadastro.** A diretora de Planejamento da Fundação Renova começa a apresentação como
315 agenda prioritária para 2019. É muito importante que a FR exerça seu trabalho com a finalidade e
316 o compromisso com a reparação integral de todos os atingidos. A questão da elegibilidade precisa
317 mesmo ser tratada de maneira transparente e precisa ser reforçada com as devolutivas e cartografia
318 da pesca. Garantir que todos os pescadores que vivem da pesca realmente possam ser indenizados,
319 perante pessoas que utilizam da atividade para receber o auxílio. Números gerais: Cadastro Geral
320 (Campanhas 1, 2 e 3): 27K (K=mil) cadastros com família (cadastro ativos), 89K pessoas, 31K
321 propriedades; Cadastro Mariana: 921 (99% do universo), Famílias, 440 (62% do universo)
322 vistorias realizadas. No universo das Campanhas 1, 2 e 3 tem-se que 80% do universo de atingidos
323 relatam alguma perda relacionada à atividade pesqueira (a relevância da pesca frente aos outros
324 impactos.)

325

326

327

328



329 **PIM – Dano Água.** Para as Campanhas 1 e 2 o progresso de atendimento é de 99,3% (destes 61%
 330 já finalizados). Para Campanha 3 os atendimentos estão previstos para o início de 2019. Em 2018
 331 os números são: 312K pessoas atendidas*, 265K propostas aceitas (85% aceitaram a proposta);
 332 259K indenizações pagas**; R\$ 256 MM pagos (* Inclui atendimentos do Posto Avançado de
 333 Autocomposição – PAA; **Pagamentos para menores e vulneráveis dependem de homologação
 334 na justiça); R\$ 256 MM Pagos. Número de 20 % alocados no PIM, que conta com uma
 335 infraestrutura orçamentária robusta no valor de R\$114 MM. 7k em andamento onde deste
 336 contingente 72% (5.054 pessoas) porque não se conseguiu avançar por conta da inexistência uma
 337 política clara para a pesca de subsistência. Na construção e proposição desta política, é necessário
 338 o conhecimento e envolvimento com a comunidade.



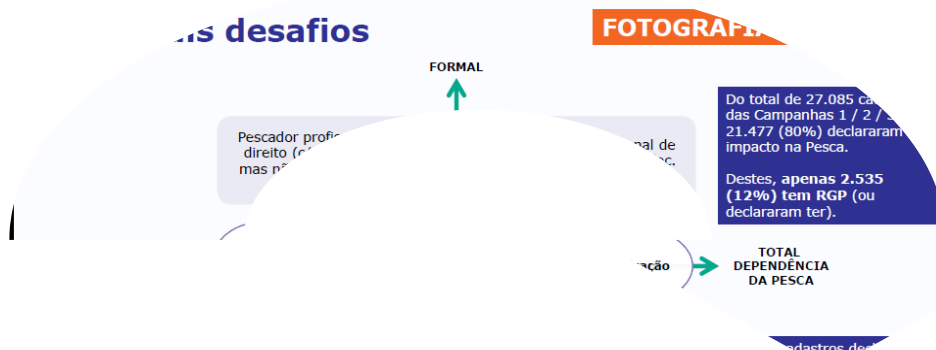
339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353 **Linha do Tempo: Pescador de Fato.** Tem-se 8 mil cadastros em andamento e pendências para
 354 avançar neste público. A FR trabalha para que o Projeto Piloto Pescador de Fato esteja concluído
 355 no primeiro semestre de 2019. **PIM. Pescador de Fato: situação atual, próximas etapas e**
 356 **cronograma; b. Situação das políticas indenizatórias em construção; c. Acordos de**
 357 **indenização a partir de Protocolos do Registro-Geral de Pesca (RGP).** A Fundação Renova
 358 relata que no mês de novembro foi feito o primeiro desenho do cronograma para o município de
 359 Povoação, trabalho feito em grupo com a consultoria MARAMAR para a criação de uma modelo
 360 metodológico para aquela comunidade. O consultor percebeu a necessidade de estar na
 361 comunidade para exercer esse trabalho cartográfico. A expectativa é que se termine, em Povoação,
 362 esta semana e, em Regência, comece na semana que vem. Foi dada a consciência de que essa
 363 cartografia e seus atributos, onde tem-se uma matriz com o sistema pesqueiro (tipo de barco, qual
 364 o relógio da pesca, os equipamentos e locais de pesca) e espécies pescadas que são necessários
 365 para compreender e seguir adiante. Quando, em um segundo momento, se faz o cruzamento dos
 366 sistemas das espécies com estes atributos para cada uma das espécies, tem-se um descritivo de
 367 como se dá o processo de pesca como um todo. Isso se chama de conhecimento ativo para
 368 aprender o ofício, que passa de geração em geração. Se não houver isso a pessoas não tem
 369 condição de exercer a função ou atividade. Todo esse trabalho será sistematizado nesta cartografia
 370 e, por mais que seja orgânico, de equipe por equipe, precisa de ter um momento final para
 371 consolidar tudo com uma plenária que será realizada pela FR. Será preciso elaborar com muito
 372 cuidado cada detalhe do que será feito e como as pessoas serão atendidas para não ter nenhum gap
 373 de informação com a comunidade. Os técnicos envolvidos que serão contratados precisam
 374 dominar especialidades como a pesca, proteção social, atendimento mais humanitário, e não
 375 podem ser da comunidade. A auto narrativa será utilizada e comprovada pelos atributos
 376 construídos por este estudo. Ao longo do caminho será preciso validar algumas informações novas
 377 que possam surgir. Há uma ansiedade dos técnicos e acadêmicos de ter o controle da situação e

378 isso, alerta a Fundação Renova que nem sempre é possível. E precisamos confiar em quem está lá
379 na ponta e na comunidade. Recomenda-se que vá alguém da CTOS para acompanhar o processo e
380 conversar com a comunidade. Outro apontamento é que, boa parte da cadeia da pesca está na
381 esposa e ela não fornece o nível de detalhe mais preciso para a FR quando está fazendo o Cadastro
382 pelo grupo familiar. Sobre a participação da CTOS e do município no acompanhamento dessas
383 ações nos territórios, Vanessa informou que enquanto município de Linhares, até hoje não recebeu
384 nenhum convite ou cronograma das ações que são realizadas pela FR nos territórios. O município
385 nunca se eximiu de participar de nenhuma ação, mas para participar precisa ter o conhecimento
386 dos eventos. Colocou-se à disposição para representar a CTOS nesses espaços no território do ES.
387 O instituto MARAMAR vai construir a característica de cada tipo de pesca, com seus atributos,
388 com a comunidade. Informações serão obtidas nos 4 dias que a MARAMAR fica na comunidade.
389 A CTOS quer saber sobre o operacional como será: reuniões, bate-papo, e roda de conversas.
390 Porque esse processo tem que ser em conjunto e acha que será um importante documento para
391 agregar para a pesca porque quanto ao Governo isso nunca foi para frente e construído com eles
392 para dar uma devolutiva para eles. É preciso que alguma representação da área da pesca pelo
393 MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para acompanhar e participar do
394 processo. A CTOS sugere à FR que peça uma representação governamental através da SEAP,
395 Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, por exemplo, como uma forma de registro e está
396 solicitando a participação do governo. Mas reforça que a participação da SEAP não é condição
397 necessária para a continuidade do programa Pescador de Fato conforme foi dito no CIF (Comitê
398 Interfederativo). O coordenador da CT pergunta se, com esse projeto piloto, a FR será capaz de
399 reconhecer uma quantidade grande de pescadores. A construção desses critérios, expõe a Renova,
400 de reconhecimento será feita com a ajuda direta da comunidade, dando tranquilidade e conforto
401 para que as pessoas possam falar sem constrangimento. Como exemplo da esposa do pescador,
402 que pratica a atividade junto com o marido, não é reconhecida na atividade e não tem registro,
403 mas, a renda dela ou dos dois está ligada diretamente a pesca. Ela faz parte da cadeia? Essas
404 perguntas e dificuldades encontradas no caminho precisam ser trabalhadas de maneira correta pela
405 metodologia empregada, seja através do atendimento, da narrativa do próprio pescador. E quando
406 houver registro de alguém que não está dentro da categoria, não haverá documentação ou registro
407 do fato para não comprometer a relação de confiança entre os técnicos e a comunidade. E não se
408 pode deixar que informações erradas comprometam o projeto e por isso, seria interessante que a
409 CTOS participasse mais intensamente das atividades. Carlos Sangália, membro do Conselho
410 Consultivo, lembra que a FR não pode amarrar o Pescador de Fato com o RGP (Registro Geral da
411 Pesca). Relata que precisa entender com clareza o processo onde os pescadores da Foz não podem
412 ser prejudicados. Foram meses de trabalho para precificar e não se entende porque alguns
413 processos vão começar novamente se já foram aprovados pelo CIF. Isso é causa de conflitos na
414 região. Quando foi apresentado o número de 23 mil pescadores estão incluídos trabalhadores da
415 pesca? O que FR diz nas comunidades sobre a política é que, uma entre as três, é de subsistência.
416 Os pescadores na ponta não estão satisfeitos com o que está acontecendo. A Renova lembra que
417 sobre o relógio da pesca e ele mostra efetivamente o conhecimento do pescador. Relata também
418 que o técnico esteve em Povoação e, infelizmente, ele não foi em Regência e a informação pode
419 estar chegando de uma maneira diferente e precisamos alinhar todas essas informações e o que se
420 tem falado nas localidades e durante as reuniões para não haver esses ruídos na comunicação. Para
421 isso, vai-se estabelecer uma dinâmica diferente, mais fluida do que está acontecendo e como
422 partilhar o calendário de reuniões proposto com a CTOS para acompanhamento e participação.
423 **Encaminhamento 30.6:** A FR irá compartilhar o calendário de visitas e reuniões no território
424 (cronograma de previsão) com a comunidade que foi acordado com os atingidos, FR e
425 MARAMAR. A CTOS solicita também o envio de um convite, sem formalidades, podendo ser
426 por e-mail, com a atividade prevista, dia, hora e local. **Encaminhamento 30.7:** Plano de trabalho

427 que não foi enviado pela Governança com o cronograma do projeto pescador de fato e a fala dos
428 areeiros. Versão nº 05. Prazo, 07/12/2018. A CTOS solicita um relatório final com o detalhamento
429 e aplicabilidade desta metodologia que foi acertada e exposta na reunião de hoje. As etapas deste
430 projeto, e desafios encontrados, processos de revisão que foram feitos na metodologia e o que foi
431 aproveitado de medidas da primeira versão do projeto. A FR disse que uma vez terminado a
432 cartografia, será criado um canal para as pessoas marcarem um primeiro atendimento. Primeiro
433 atendimento é escolher a forma de comprovação, auto narrativa ou documental. A própria
434 comunidade é que desenhou o processo, o fluxo de atendimento não mudou, mas o racional foca
435 no perfil das pessoas que tem a pesca como um meio de vida para a sua identificação. Está sendo
436 feito em poucas comunidades e será um aprendizado para apoiar o contingente maior quando a
437 Renova for para a calha do Rio Doce. O processo não é binário, é complexo, mas, os registros
438 serão feitos para se ter todos os relatos. Para os não aprovados, também haverá um parecer e
439 registros de áudio e vídeo explicando o motivo. A CTOS alerta que esse processo está parecendo
440 muito investigativo e sujeito a erros, principalmente na hora do parecer, tanto de um lado quanto
441 de outro, para técnicos fazerem isso, envolvendo assistentes sociais, porque pode gerar problemas
442 futuros. Foi perguntado se a equipe que emitirá o parecer será a mesma que participará do
443 processo de coleta de informações. FR disse que a princípio não. A CTOS frisa que a investigação
444 não seria um papel do serviço social. E investigar não é papel de técnico. E que o fluxo do
445 processo foi alterado do que havia sido aprovado. O questionamento é que já se tem com o
446 Cadastro vários documentos comprobatórios e por que está se pedindo mais documentos e
447 recomençar o processo novamente. A FR entende o que está sendo exposto porque está no mesmo
448 dilema. Mas pede paciência para a CT entender e assimilar a metodologia, que se configura de
449 uma forma mais subjetiva mesmo, e assim dar crédito para que seja colocado em prática. E isso
450 vai exigir um esforço devido a sua complexidade. Há em curso uma proposta mista já que, o
451 desastre colocou em xeque toda uma série de estruturas sociais, políticas, jurídicas e o
452 reconhecimento que se dá no campo da informalidade. Os grupos de trabalho envolvidos para esse
453 reconhecimento têm que passar por um processo de legitimação social da comunidade e recebe
454 legitimação do sistema de governança que é o sistema do qual fazem parte: Câmaras Técnicas e
455 CIF. Realmente não é o papel do governo federal cancelar, mas sim, de homologar e referendar o
456 processo participativo. A CTOS lembra que como trata-se neste fórum de questões técnicas é
457 necessário o relatório de monitoramento e avaliação para que se possa acompanhar todo o
458 processo das assessorias técnicas e da FR. E que o projeto que foi validado pelo CIF, foi
459 apresentado hoje com um fluxo diferente, sem o alinhamento da CT, ficando difícil de ser
460 avaliado sem o acompanhamento de todos os processos incluído a sua construção. Julgar através
461 de recursos como vídeo e relatos escritos não é possível realizar uma análise mais abrangente e
462 complexa. A CT questiona se a FR tem a perfeita clareza deste fluxo/processo para que ele se
463 torne idôneo. Há inclusive um questionamento de como será comunicado essas mudanças
464 novamente ao CIF. A coordenação da CT mostra a importância da aproximação da Renova junto
465 as assessorias técnicas ao ir em campo. A FR relata que será levado ao Conselho Curador do mês
466 de dezembro, o pedido de autorização para ir a campo e desenhar a política do Pescador de Fato,
467 bem como as ações que serão necessárias e a precificação para a construção da proposta conceitual
468 junto à comunidade. **Encaminhamento 30.8:** Apresentar no relatório de monitoramento do
469 projeto Piloto Pescador de Fato: as dificuldades enfrentadas, o avanço, e o processo como um
470 todo. Agregar no RMM já da próxima reunião em janeiro. A CT faz um parêntese e lembra que a
471 evolução dos programas foi grande no começo do ano, mas que, no segundo semestre, houve uma
472 evolução bem menor. O desafio das entregas é grande e precisa-se pensar de uma maneira de
473 trabalhar em conjunto, com maior agilidade e produtividade. Alguns assuntos não são levados na
474 reunião, como este caso na mudança do fluxo na metodologia do projeto piloto e a CT acabou
475 ficando de fora de todo o processo decisório, sobrando apenas o papel de cobrança e discussão

476 mais superficial. **Assunto: Artesanato/Artesãos** A CT cobra a solicitação da última reunião
477 sobre os números das pessoas cadastradas e que se identificam na atividade do artesanato. Ao
478 entregar a NT a FR informou que artesãos já haviam sido cadastrados e outros que já até
479 receberam indenização e, esta relação, não apareceu no relatório mensal apresentado. A Renova
480 alegou que não houve tempo hábil para colocar no relatório deste mês, mas, garante que para a
481 próxima reunião irá disponibilizar o número. A CTOS pede que seja esta questão seja colocada na
482 pauta do mês que vem para discussão. **Encaminhamento 30.9:** Incluir o número de artesãos, e os
483 três programas, AFE, Cadastro e PIM, abertos por localidades/municípios dentro do Estado do
484 Espírito Santo. A FR irá colocar, em anexo, no relatório de RMM para a próxima reunião da
485 CTOS. (16 e 17 de janeiro de 2019). O documento poderá ser enviado por e-mail.
486 **Encaminhamento 30.10:** Envio das localidades pela CTOS (SETADES) para o relatório de
487 artesãos. A CT informa que a questão do artesanato está ligada diretamente na cadeia de turismo
488 na foz. É uma importante fonte de renda que sofreu queda vertiginosa proporcional à queda do
489 turismo na região e ainda não foi percebido pela Renova. Os critérios para inclusão deste
490 contingente precisam ficar claro pois os artesãos alegam que não estão sendo contemplados em
491 sua totalidade. É preciso compreender as formas de elegibilidade, as diferenças acontecem quando
492 o vendedor vende como ambulante e não reside próximo ao rio. A FR explica que o artesão ele é
493 elegível ao PIM (Programa de Indenização Mediada) quando sua propriedade é afetada bem como
494 seus insumos. Sempre que o atingido consegue comprovar o dano direto tem a indenização
495 facilitada pelo PIM, sem a necessidade de uma política. Há uma análise da avaliação de impacto
496 não é do setor econômico como um todo e sim caso a caso para cada pessoa cadastrada. Entra
497 como impactado indireto, sem receber a indenização quando não se consegue averiguar a situação
498 de nexos causal. Hoje está sendo feito um estudo mais específico, já comprometido no CIF pela
499 FR, para averiguar essa situação porque é um grupo que não tem uma visibilidade expressiva e
500 está dentro da atividade geral de Comércio e Serviços. A CT deu um exemplo da **ARTESAPI**
501 (Associação dos Artesãos de Pontal do Ipiranga) no município de Pontal do Ipiranga que até 2015
502 recebia uma média de 2.000 pessoas por mês, e este ano precisou de fechar as portas. A FR alega
503 que a ARTESAPI está no processo de cadastramento com a comprovação do dano de maneira
504 documental. A CT alerta que tem que incluir o estado de Minas Gerais, principalmente Barra
505 Longa (bordadeiras). Para além do turismo, muitos tiveram impacto na qualidade de do produto
506 porque utilizam a matéria prima tanto do mar quanto do rio. E isso não pode ser considerado
507 impacto indireto já que pode levar até à pobreza com a perda da atividade local. Como os dois
508 estados estão trabalhando juntos precisa-se pensar em uma estratégia para valorizar novamente a
509 atividade como montar estandes nos aeroportos de Vitória e Belo Horizonte como forma de
510 divulgar o produto e intensificar a comercialização. A proposta da CTOS é utilizar o Cadastro para
511 identificar quais pessoas tiveram perda indireta da renda, por conta do rompimento, porque a
512 atividade em Minas Gerais é bem dispersa e não tão organizada como no Espírito Santo. Pode ser
513 interessante casar com projeto de enfrentamento da pobreza. **Acordos de indenização a partir de**
514 **Protocolos do Registro-Geral de Pesca (RGP):** O jurídico da FR informa que saiu a decisão
515 liminar sobre a ação civil pública impetrada pela DPU onde qualquer protocolo de RPG pudesse
516 ser elegível para o alcance do seguro defesa do pescador. A decisão liminar estabelece que os
517 protocolos não seriam impeditivos para a concessão do seguro defesa. Quando a decisão saiu, a
518 FR verificou que a mesma não traria reflexos para a indenização da cadeia de pesca já que a
519 Renova utiliza as listas enviadas pelo governo federal. Lembra também que, o projeto do pescador
520 de fato tem como objetivo englobar essas pessoas que estão fora da lista e que não tem RGP.
521 **Encaminhamento 30.11:** Análise jurídica da FR sobre os efeitos decisão liminar da ação civil
522 pública impetrada pela DPU no âmbito de utilização do protocolo RGP para fins de indenização.
523 A CTOS retoma a reunião na parte da tarde com as perguntas a Sra. Cynthia, diretora de
524 Planejamento da FR. A primeira foi a necessidade de se ter a divisão por municípios do estado do

525 ES, do universo de atingidos atendidos pelos três programas. Pelo menos, dos municípios mais
526 impactados, ou com volume maior de atendimento, para que se possa desenhar uma estratégia de
527 ação voltada para cada público e sua região. A FR responde que estão desenvolvendo uma
528 plataforma onde se vê a calha do Rio Doce, a abertura dos programas por localidade e quem está
529 sendo atendido e não, de uma forma mais estruturada. **Encaminhamento 30.12:** Abertura dos
530 programas por localidade, estado e municípios. A CTOS acredita que ano que vem com uma
531 programação e planejamento feitos pelo governo, FR e Câmara Técnica, o monitoramento poderá
532 ser feito em conjunto disso. A Renova e CT concordam que seria assim a melhor forma de trabalho.
533 Com relação ao Pescador de Fato a Sra. Cynthia responde algumas perguntas. Entre elas que toda
534 modificação que surgir ao longo do caminho a Renova irá pedir aprovação ao Conselho Curador
535 antes de discutir aqui na CTOS e, por último, ser levado ao CIF. Com relação à pesca de
536 subsistência está na fase de elaboração da política para atender 5.000 cadastrados. O orçamento
537 não foi aprovado em sua totalidade porque o Conselho alegou que não tem ainda premissas ou
538 embasamento e que, poderá sim, aprovar o orçamento para cada etapa do projeto à medida que
539 este fora avançando, o conjunto do processo e do valor e que o orçamento para os programas não
540 será exaustivo. Qualquer eventualidade será avisada a CTOS. Mesmo que não esteja na pauta
541 específica, será colocada a atualização do que está sendo feito. A CTOS solicita o relatório mensal
542 com maior antecedência. Houve um critério de priorização necessária na época, para pesca de
543 subsistência, e que gerou tensões no território, deixando um grupo de pescadores de fora. Tem-se
544 hoje alguns critérios com o da heterogeneidade, em como se trata as diferenças, do montante que
545 está como pesca difusa. (slide abaixo apresentado na última CTOS). Como não é atividade
546 reconhecida tem-se de fazer a ressignificação do que é pesca de subsistência.



547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557 **Agricultores: Apresentação pela FR do Relatório com informações sobre produtores rurais**
558 **encaminhando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). OFICIO**
559 **NIH.05218.2956.** Os números apresentados possuem um recorte de propriedades rurais que
560 indicaram uso para atividades agropecuárias que afirmaram registrar perda e/ou danos em cultivos
561 agrícolas/frutíferos ou em pastagens/áreas de criação de animais (benfeitorias reprodutivas) ou em
562 áreas de vegetação nativa (APP e/ou RL) ou animais (semoventes) em decorrência do rompimento
563 da Barragem do Fundão. Assim os dados apresentados correspondem às propriedades rurais, com
564 finalidade produtiva destinada à agropecuária, que registraram perdas e/ou danos em quaisquer
565 uma das dimensões acima declaradas. Número total de propriedades atingidas: em Minas Gerais,
566 1.746 e no Espírito Santo, 747. A definição de propriedade rural pelo governo é muito distinta do
567 que se tem no Cadastro de propriedade. A FR levou a definição colocada pela NT e, na prática,
568 uma única propriedade pode der mais de 1 domicílio gerando mais de um cadastro também. O
569 programa avalia o dano e algumas localidades podem ter ficado de fora por não terem declarado
570 dano em atividade agropecuária. Houve um questionamento sobre Ponte Nova que, mesmo não
571 estando no TTAC, está presente no Ofício apresentado. A explicação dada pela Renova é que
572 houve depósito de rejeito em 3 propriedades que ficam na divisa do município e por isso, teve que
573 ser relacionado no documento. A estratificação foi feita pela categoria do dano. A CT informou

574 que houve perdas na produção já que, 87% da irrigação foi afetada incluindo as perdas dos
575 equipamentos utilizados como as bombas. Há uma proposta da extensão rural para fornecer o
576 treinamento necessário aos produtores para o manuseio dos novos equipamentos que serão
577 fornecidos pela Extensão Rural. A FR detalha que os danos à produção são avaliados pela equipe
578 de engenharia para a valoração do lucro cessante e considera que, toda perda financeira gera uma
579 indenização pecúnia. No programa de Cadastro o objetivo é cobrir o dano que foi perdido e não há
580 um diagnóstico total da renda da propriedade, mas só a renda. É uma limitação colocada. A CTOS
581 parabeniza a equipe do programa pelo ofício apresentado e a Governança pelo ótimo trabalho bem
582 como o estado do Espírito Santo que teve papel importante no plano de retomada de atividades
583 agrícolas. A CT-EI encaminhou a sua aprovação ao programa e com algumas considerações, mas
584 que não interferem na condução do programa. Irão ajudar muito nos projetos de Proteção Social
585 posto que, a agricultura familiar volta para a pauta. As exigências não foram poucas e a CTOS
586 agradece a todos. **Encaminhamento 30.13:** Verificar o número de Ponte Nova (3 ou 6
587 propriedades) referentes as perdas/ou danos a cultivos agrícolas ou frutíferos das propriedades
588 rurais impactadas, apresentados no Ofício pelo Lucas (OFI.NII.112018.4751_Ofício, pág 11). A
589 CTOS pede à FR, caso seja possível, para o programa de Cadastro, na questão geográfica,
590 disponibilizar o mapa com o georreferenciamento para monitorar com uma visão um pouco mais
591 espacial. Qual a previsão, para entrega deste mapa? O MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária
592 e Abastecimento) tem uma ferramenta nova de monitoramento da terra via um aplicativo de
593 celular, cujo domínio está com a USP, e pode ser uma opção para apoiar nos estudos do Plano de
594 Monitoramento caso se adapte à nossa realidade. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão
595 Rural (EMATER) dos dois estados já utilizam a ferramenta. A FR esclarece uma pergunta da
596 CTOS que temos o nº de 2.493 propriedades nas quais foram relatados algum dano ou na pecuária
597 ou agricultura. Para o Cadastro tem-se reforçado a entrega de todas as documentações
598 comprobatórias para ser elegível ao PIM. Caso isso não seja possível naquele momento, a pessoa
599 aguarda para que a Renova faça um estudo mais detalhado sobre o caso. Acontece que muitos dos
600 danos não estão mais visíveis, e pode-se usar outras ferramentas como imagens de satélites antes e
601 depois do rompimento, mas nem sempre é possível. Na etapa da reposição financeira são
602 solicitadas outras comprovações porque, ainda no laudo, parte desses danos atestados são apenas
603 autodeclaráveis. A Renova está realizando um aprimoramento interno dessas etapas e exigências
604 do PIM para que a resposta da elegibilidade possa acontecer de forma mais rápida. A CTOS
605 voltou com o assunto do Cronograma apresentado pela RF do Plano Municipal que foi analisado
606 no dia anterior precisa ser revisado junto com as ações. Não entrou insumos nem transporte. O
607 plano não se trata apenas do RH. Alterações do título. Alteração no tipo de modalidade. Registra-
608 se em ATA a necessidade de consulta de outras modalidades de contratação de serviços de
609 terceiros. Incluir no termo de cooperação veículos e outros. Precisa-se da data da devolutiva com a
610 análise do cronograma com os prazos e ações. Base de dados do Cadastro colocada como
611 referencial e trabalhar a forma de atualização pela FR. A CTOS lembra que o Estado pode fazer
612 um diagnóstico mínimo do que será preciso de infraestrutura dentro dos CRAS (Centro de
613 Referência de Assistência Social) para receber as equipes. Solicita também o envio formal pela FR
614 da proposta de Plano Municipal para que se atenda à deliberação. Aceita a proposta da FR para a
615 manutenção das equipes. Alternativas; que os municípios estavam grande parte dentro da lei de
616 responsabilidade fiscal, e dificuldade de contratação da mão de obra. Alternativa: consórcio de
617 municípios também entram na responsabilidade fiscal. Sugestão de utilizar as empresas que já
618 estão contratadas pela FR. E no ES conversou com o Tribunal de Contas. E acrescenta que, ações
619 fragmentadas podem fragilizar a alternativa de se usar o MDS de considerar a excepcionalidade do
620 desastre e este precisa se fazer presente para emitir seu parecer. Esse é um arranjo, tem que
621 envolver Defensoria Pública e Ministério Público, a advocacia pública e os estados nesta
622 construção. A reunião da CTOS deveria ter sempre a presença de representantes da DPU bem

623 como dos Ministérios Público para apoiar nas decisões. **Informe pela FR do Plano de Ação**
624 **Sooretama e Linhares, bem como do Plano de Contingência para o Período Chuvoso 2018 e**
625 **2019:** A equipe da FR não teve disponibilidade de apresentar por conta de um problema de
626 agenda. **Encaminhamento 30.14:** A CTOS registra que a planilha de monitoramento das
627 deliberações 167 e 180 não foram encaminhadas até a presente data. O acordo era que fosse
628 disponibilizada junto com o RMM. Entretanto a FR não cumpriu novamente o estabelecido. Dessa
629 forma, a CT solicitou a atualização da planilha de ações em Linhares e Sooretama
630 (Monitoramento das deliberações nº167 e nº180) para ser enviada imediatamente. **Observações**
631 **finais.** Uma sugestão da Renova, a luz que está sendo discutido para Proteção Social, a CTOS
632 pode fazer uma aprovação parcial da definição do programa de Cadastro. Boa parte das
633 considerações da Nota Técnica 29 será alvo para deliberar e trazer para discussão a posteriori
634 evitando o stress do cumpra-se imposto pela deliberação. Levando-se em consideração a transição
635 que o governo federal está passando atualmente. Se ambas as equipes estiverem alinhadas, mais
636 chance tem-se de aprovação no CIF. A CTOS decide que as próximas reuniões de 2019 serão com
637 um dia para a parte fechada e um dia para a aberta. A necessidade da presença, no primeiro dia, de
638 representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e Ministério do Desenvolvimento Social.
639 Gabriela Feliz se despede da CTOS e oficializa a entrada da Márcia Vieira da SETADES.
640 Linhares já encaminhou os documentos para o ressarcimento, encaminhado por e-mail, dos
641 valores dos aluguéis, para ressarcimento. Sobre a NT sobre os Planos Municipais, os Estados de
642 Minas Gerais e Espírito Santo já têm uma leitura sobre o assunto e vai tentar adiantar a nota
643 técnica com o que já foi identificado pela CTOS: rever o corte do orçamento do cadastro inserindo
644 os dados da Campanha 3 porque impacta nos municípios que tem apenas 50 famílias; trazer outros
645 elementos de efeito para o conceito de vulnerabilidade e renda que a Renova está adotando;
646 considerar no mapa de vulnerabilidades, além das vulnerabilidades socioeconômicas, as
647 vulnerabilidades decorrentes da idade e deficiência, como as questões envolvendo idosos, crianças
648 e deficientes físicos; a apresentação pela CTOS e estados da infraestrutura dos CRAS que ajudaria
649 a pensar na questão dos insumos necessários para receber as equipes. A Governança pediu
650 esclarecimento e a resposta foi afirmativa em relação à análise da FR sobre a Nota Técnica que
651 veio do CIF, e consta um item de apresentação em 60 dias da Matriz de Ações Integradas dos
652 Planos dos municípios dos dois estados. Na nota constava o nome Matriz de Danos que pertence
653 ao programa de Cadastro. A CTOS alerta que no processo de análise de elegibilidade precisa-se
654 dar prioridade as pessoas que estão aguardando ainda as análises. O programa do AFE (Auxílio
655 Financeiro Emergencial) está sendo menos privilegiado e ano que vem isso tem que mudar. A
656 CTOS lembrou que é muito importante a presença dos técnicos da FR responsáveis pelos assuntos
657 pontuados nas pautas e, à medida que se socializa essas informações, fica mais fácil para todos os
658 envolvidos decidir sobre o que é levado para este fórum. REUNIÃO ENCERRADA PELO
659 COORDENADOR.

660

661

662